

BALANÇO MENSAL

Economistas temem nova escalada da inflação

Octávio Costa

A reaceleração da inflação não foi motivo de surpresa. Mas sua velocidade pode se acentuar rapidamente, revertendo as expectativas dos agentes econômicos e levando o país novamente ao risco da hiperinflação. Tudo vai depender do comportamento dos preços neste mês de agosto e em setembro. Serão dois meses cruciais, marcados pela presença de componentes extremamente negativos, como a liberação dos cruzados, a entressafra agrícola, a nova lei de custos e benefícios da Previdência Social e a nova política salarial. Esse é o cenário cinzento desenhado pelos participantes do *Balanço Mensal* do **JORNAL DO BRASIL**, que reuniu os economistas Mário Henrique Simonsen, da FGV, Paul Singer, da USP, Antônio Barros de Castro, da UFRJ, Dionísio Carneiro e Rogério Werneck, da PUC-Rio, o cientista político Sérgio Abranches, da Sócio Dinâmica Aplicada, e o deputado federal César Maia (PMDB-RJ).

Desta vez, não houve exceção. Todos os debatedores afirmam que a inflação está prestes a fugir do controle do governo. Mário Henrique Simonsen adverte que "o governo tem pela frente vários problemas". E destaca "a coincidência pouco feliz do início da liberação dos cruzados com o início da entressafra". Mas, para Simonsen, nem tudo está perdido: "Se o índice de agosto se moderar em relação aos 13% apontados pela maioria dos índices de julho, o governo pode conseguir uma certa contenção das expectativas." Porém, precisa atacar um ponto fundamental, que é o ajuste fiscal. "No Brasil, fala-se em ajuste fiscal desde o Plano Cruzado, houve muito discurso, mas nunca se fez esse ajuste", lamenta Simonsen.

O diagnóstico de Paul Singer sobre a aceleração da inflação é semelhante ao de Simonsen. Ele também teme o que possa ocorrer no final do ano, pois vê uma curva ascendente dos preços, muito parecida com a de 1990. "Não sou profeta, mas, se essa coincidência prosseguir, chegaremos a 20% de inflação em dezembro, exatamente o nível de 1990". Singer, entretanto, abre uma polêmica ao discordar da ênfase que Simonsen dá à questão do ajuste fiscal. "Não vejo nenhuma razão do lado fiscal que justifique a aceleração da inflação. Não houve nenhum aumento dos gastos públicos", questiona o professor da USP, para quem a inflação se alimenta, principalmente, graças ao conflito distributivo, à falta de um mecanismo que alinhe preços e salários.

Simonsen reconhece que existe um conflito distributivo, mas sustenta a necessidade do ajuste fiscal. Sua réplica a Singer: "Mesmo se conseguíssemos manter em equilíbrio os preços relativos, num mundo de ficção, o déficit público faria com que houvesse cada vez mais papel-moeda em poder do público e iria começar a faltar bens, a não ser que os preços fossem aumentados." Dionísio Carneiro concorda. Em sua opinião, "mesmo que se atribua grande importância ao conflito distributivo, ao desequilíbrio dos preços relativos, o governo não vai conseguir arbitrar esses conflitos se não restaurar suas finanças." Dionísio diz que "é impossível o governo arbitrar preços e salários, se ele não é capaz sequer de arbitrar seu próprio funcionamento."

O deputado César Maia defende o ajuste fiscal, mas acha que o governo perdeu as condições políticas para resistir às pressões e produzir o equilíbrio de suas finanças. Ele ressalta que "o governo precisa entender a gravidade da situação e criar um instrumento que lhe permita conquistar o equilíbrio fiscal." Esse instrumento, diz Maia, é a criação de um Banco Central com autonomia, "que diga não às pressões de empresas e políticos". Sérgio Abranches, ao contrário, não acredita em soluções técnicas: "Não adianta reivindicar do governo uma política econômica, que depende de decisões que o governo não é capaz de adotar sozinho." Abranches afirma que existe um bloqueio político impedindo os ajustamentos necessários para combater a inflação. "Esse bloqueio político está levando a sociedade à decadência."

Antônio Barros de Castro reforça que "há todo um arranjo político a ser feito, que envolve a reforma constitucional". Ele aponta um conflito distributivo fruto da própria desorganização da economia provocada pela inflação. E argumenta que "só a sociedade em conjunto é capaz de estabelecer as normas que tornarão possível superar o contencioso do passado". Para Castro, "é preciso botar uma pedra sobre esse passado, para então encaminhar um programa de combate à inflação". Importante, segundo Rogério Werneck, é que se aja rapidamente, pois "a inflação começa a arrastar os limites do possível." Prevendo que agosto e setembro serão meses extremamente delicados, Werneck adverte que "com taxas próximas de 12%, está-se chegando no limite do que seria prudente para manter o processo inflacionário sob controle."